

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.099	7.946
Contas a receber de clientes	7	12.138	11.624
Estoques		1.036	987
Despesas antecipadas		882	233
Créditos com partes relacionadas	17	123	49
Tributos a recuperar		8	3
Outros ativos		278	136
		23.564	20.978
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.310	2.033
Contas a receber de clientes	7	276	-
Depósitos judiciais		263	235
Tributos a recuperar		7	13
Imobilizado	9	859	742
Ativo de contrato	10	11.505	15.869
Intangível	11	146.792	139.141
		162.012	158.033
		185.576	179.011
Total do ativo			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	761	901
Empréstimos e financiamentos	13	11.903	6.597
Obrigações tributárias	14	1.210	825
Obrigações trabalhistas		2.347	2.071
Ônus da concessão		529	255
Débitos com partes relacionadas	17	837	755
Obrigações com acionistas	17	26.556	17.677
Outras obrigações		1.462	1.618
		45.605	30.699
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	47.869	57.019
Tributos diferidos	15	3.720	3.362
Provisões para contingências	16	873	882
		52.462	61.263
Patrimônio líquido			
Capital social		40.000	40.000
Reservas de lucros		40.000	40.000
Dividendos adicionais propostos		7.509	7.049
		87.509	87.049
		185.576	179.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	19	103.532	97.884
Custo dos serviços prestados	20	(60.531)	(58.660)
Lucro bruto		43.001	39.224
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(27.257)	(24.559)
Outras receitas operacionais		909	245
		(26.348)	(24.314)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		16.653	14.910
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	2.817	2.319
Despesas financeiras	22	(5.504)	(3.645)
		(2.687)	(1.326)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		13.966	13.584
Imposto de renda e contribuição social-corrente	15b	(4.269)	(3.291)
Imposto de renda e contribuição social-diferido	15b	(358)	(945)
Lucro líquido do exercício		9.339	9.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		9.339	9.348
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		9.339	9.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		13.966	13.584
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		12.411	8.782
Juros sobre empréstimos e financiamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos		3.716	2.276
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		1.041	400
Atualização monetária das contingências		100	79
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber		2.970	2.020
Reversões de contingências		(109)	(25)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		(18)	(13)
Variações dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(3.760)	(2.303)
Estoques		(49)	(497)
Depósitos judiciais		(28)	(13)
Tributos a recuperar		(511)	(98)
Despesas antecipadas		(649)	(207)
Aplicações financeiras-vinculadas		(277)	(7)
Outros ativos		(142)	(15)
Fornecedores		(140)	(1.050)
Obrigações tributárias		148	4
Obrigações trabalhistas		276	43
Ônus da concessão		274	20
Partes relacionadas, líquidas		8	191
Outras obrigações		(156)	251
		29.071	23.429
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.520)	(3.427)
Pagamentos dos juros sobre empréstimos e financiamentos		(2.465)	(2.170)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.086	17.832
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado		(330)	(251)
Adições ao ativo de contrato e intangível		(13.386)	(13.925)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		20	13
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(13.696)	(14.163)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos		-	11.789
Pagamentos do principal sobre empréstimos e financiamentos		(8.237)	(9.963)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		(8.237)	1.826
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		1.153	5.495
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.946	2.451
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9.099	7.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas das Agulhas Negras S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Professor Antônio Esteves, nº 1.000, Morada da Colina, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro-Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a SANEAR (Concedente), a Prefeitura de Resende (Interveniente) e a Águas das Agulhas Negras S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº. 018/2007 de 30 de novembro de 2007, com prazo de 30 anos a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 2008, tendo o presente contrato a previsão de término para janeiro de 2038. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo, inclusive, as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga que se dá pelo percentual de 3,476% aplicado sobre a arrecadação líquida oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Resende sem contrapartida financeira. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 15.380 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.721 em 2024). A Concessionária vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. Adicionalmente, os acionistas da Concessionária possuem habilidade e intenção de prover recursos financeiros adicionais, se necessidade houver. **Reforma tributária:** Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de Investimentos	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	40.000	2.951	3.475	33.495	-	-	79.921
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.348	9.348
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	467	-	-	-	(467)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.220)	(2.220)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(388)	7.049	(6.661)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	40.000	3.418	3.475	33.107	7.049	-	87.049
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.339	9.339
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	467	-	-	-	(467)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.661)	-	(6.661)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(2.218)	(2.218)
Saldos 31 de dezembro de 2025	40.000	3.885	3.475	32.640	7.121	(6.654)	87.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

considero as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) **Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em sua condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros-custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros-valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros-mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros-mensuração subsequente:** • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros-reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros-mensuração subsequente:** • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrazo significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes. A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são

calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral. São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado.

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

suas políticas e ou processos. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** O International Accounting Standards Board - IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1-Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1)-Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de Caixa). Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecer a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alterar os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionar novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1). Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: **a) Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. **b) Provisões para riscos civis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **c) Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber:** A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor contábil	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	8.919	8.919	7.685
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.310	2.310	2.033
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	12.414	12.414	11.624
Crédito com partes relacionadas	-	-	123	123	49
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	761	761	901
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	59.772	46.763	63.616
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	529	529	255
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	837	837	755

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de prepos. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa Referencial ("TR"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor Contábil			
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	8.919	10.045	9.764	
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.310	2.602	2.529	
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(7.301)	(8.223)	(7.992)	
Empréstimos e financiamentos	TR	(52.645)	(53.703)	(53.440)	
Passivo líquido		(48.717)	(49.279)	(49.139)	
Efeito líquido		(562)	(422)	(701)	
CDI (a.a.)		12,63%			
TR (a.a.)		2,01%			

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	Valor Contábil			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	761	761	-	-
Empréstimos e financiamentos	59.946	11.934	4.536	43.476
Ônus da concessão	529	529	-	-
Débitos com partes relacionadas	837	837	-	-
	62.073	14.061	4.536	43.476
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	901	901	-	-
Empréstimos e financiamentos	63.862	6.669	11.333	45.860
Ônus da concessão	255	255	-	-
Débitos com partes relacionadas	755	755	-	-
	65.773	8.580	11.333	45.860

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	59.772	63.616
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(9.099)	(7.946)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8)	(2.310)	(2.033)
Dívida líquida (a)	48.363	53.637
Total do patrimônio líquido (b)	94.170	87.049
Total do capital (a+b)	142.533	140.686
Índice de alavancagem financeira-% [(a)/(a+b)]	33,93%	38,13%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	180	261
Aplicações financeiras	8.919	7.685
	9.099	7.946

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário-CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 99,35% do CDI (100,56% em 2024).

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Cientes (a)	26.998	23.374
Cientes-parcelamento (b)	1.282	1.040
Pontos arrecadadores (c)	197	303
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(16.063)	(13.093)
	12.414	11.624
Ativo circulante	12.414	11.624
Ativo não circulante	276	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Faturado	5.440	4.467
Não faturado	3.781	3.764
Vencidas		
Até 30 dias	2.411	2.259
De 31 a 60 dias	792	837
De 61 a 90 dias	431	441
De 91 a 180 dias	1.003	948
Mais de 180 dias	14.619	12.001
	28.477	24.717

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(13.093)	(11.073)
(+) Constituições	(2.970)	(2.020)
Saldo final	(16.063)	(13.093)

8. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R\$ 2.310 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.033 em 2024) corresponde à contrapartida com recursos próprios, prevista na cláusula 6ª do "Contrato de Financiamento e Repasse", firmado com a Caixa Econômica Federal em 27 de dezembro de 2018, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado.

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Custo	31/12/2025 Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.284	(789)	495	419	
Veículos	20%	149	(117)	32	48	
Máquinas e equipamentos	10%	124	(85)	39	46	
Móveis e utensílios	10%	596	(303)	293	229	
		2.153	(1.294)	859	742	

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos de informática	419	224	(2)	(146)	495
Veículos	48	-	-	(16)	32
Máquinas e equipamentos	46	3	-	(10)	39
Móveis e utensílios	229	103	-	(39)	293
	742	330	(2)	(211)	859

Equipamentos de informática

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de informática	365	180	(126)	-	419
Veículos	63	-	(15)	-	48
Máquinas e equipamentos	40	7	(9)	-	46
Móveis e utensílios	166	64	(29)	28	229
	634	251	(179)	36	742

10. Ativo de contrato

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transfêrências	Saldo em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	15.869	14.483	(18.847)	11.505
	15.869	14.483	(18.847)	11.505

Saldo em 31/12/2023

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transfêrências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	65.641	16.672	(66.408)	(36)	15.869
	65.641	16.672	(66.408)	(36)	15.869

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 2.101 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.471 em 2024).

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	Custo	31/12/2025 Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	195	(191)	4	7	
Desenvolvimento de projetos	20%	3.573	(2.876)	697	626	
Concessão/Infraestrutura		211.301	(65.210)	146.091	138.508	
		215.069	(68.277)	146.792	139.141	

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025 Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Amortização acumulada	Valor líquido
Adutoras	11.660	(3.832)	7.828	7.057
Estação de Tratamento de Água-ETA	19.408	(9.872)	9.536	9.699
Reservatório	3.674	(1.636)	2.038	1.908
Booster	186	(56)	130	141
Elevatória de água	123	(35)	88	95
Substituição/Expansão de rede de água	24.033	(9.179)	14.854	14.379
Ligação de água	10.157	(3.399)	6.758	6.943
Ligação de esgoto	7.171	(3.606)	3.565	3.622
Substituição/Expansão de rede de esgoto	37.162	(9.001)	28.161	23.079
Elevatória-esgoto	12.328	(760)	11.568	7.690
Estação de Tratamento de Esgoto-ETE	56.719	(11.498)	45.221	47.829
Beneficiárias em imóveis de terceiros	7.962	(2.272)	5.690	6.155
Máquinas e equipamentos	20.577	(9.923)	10.654	9.911
Veículos	141	(141)	-	-
	211.301	(65.210)	146.091	138.508

Movimentação do intangível

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transfêrências	Saldo em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	7	-	(3)	4
Desenvolvimento de projetos	626	82	(11)	697
Concessão/Infraestrutura	138.508	922	(12.186)	18.847
	139.141	1.004	(12.200)	18.847
	139.141	1.004	(12.200)	18.847

Softwares e aplicativos

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transfêrências	Saldo em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	12	-	(5)	-	7
Desenvolvimento de projetos	587	39	-	-	626
Concessão/Infraestrutura	80.013	685	(8.598)	66.408	138.508
	80.612	724	(8.603)	66.408	139.141

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	421	491
Serviços	136	112
Infraestrutura	184	202
Outros	20	96
	761	901

13. Empréstimos e financiamentos

	Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro (a)	CDI	1,02% e 1,30% a.a.	7.301	9.236	
Saneamento para todos (b)	TR	8,50% a.a.	52.645	54.626	
(-) Custos de transação			(174)	(246)	
Total de empréstimos e financiamentos			59.772	63.616	
Circulante			11.903	6.597	
Não circulante			47.869	57.019	

(a) Capital de giro: Em fevereiro e junho de 2024, a Concessionária contratou empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 5.000 e R\$ 4.000,

ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Serviços de terceiros	(4.322)	(4.186)	PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(137)	(113)					
Depreciações e amortizações	(11.167)	(7.857)	Juros e multas vinculadas à operação	1.292	1.244	Responsabilidade civil administradores-D&O	27/10/2025 a 27/10/2026		50.000	
Outros custos	(161)	(180)	Variações monetárias sobre outros ativos	5	91	Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027		19.500	
	(60.531)	(58.660)	Outras receitas financeiras	13	15	Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027		75.000	
21. Despesas gerais e administrativas	31/12/2025	31/12/2024		2.817	2.319	Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026		182.741	
Salários e benefícios a empregados	(11.476)	(9.743)	Despesas financeiras			Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026		5.000	
Utilização de imóveis e telefonia	(343)	(332)	Juros com empréstimos e financiamentos	(3.644)	(2.182)	Garantia de concessão	01/01/2026 a 01/01/2027		976	
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(412)	(436)	Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.041)	(400)	Seguro garantia (<i>performance bond</i>)	10/01/2026 a 10/01/2027		6.568	
Serviços de terceiros	(9.491)	(8.552)	Atualização monetária das contingências	(100)	(79)	Seguro de veículos	17/10/2025 a 17/10/2026		200	
Despesas com contencioso	(429)	(409)	Tributos sobre operações financeiras	(8)	(16)	Garantia judicial	22/04/2023 a 22/04/2026		15.211	
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(121)	(31)	Descontos concedidos	(79)	(202)	24. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:				
Depreciações e amortizações	(189)	(155)	Outras despesas financeiras	(632)	(766)					
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(2.970)	(2.020)	Resultado financeiro	(5.504)	(3.645)					
Reversões de contingências	109	25	23. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:	(2.687)	(1.326)	Juros capitalizados		2.101	3.471	
Outras despesas	(1.935)	(2.906)				Destinação de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos		8.879	2.220	
	(27.257)	(24.559)								
22. Resultado financeiro	31/12/2025	31/12/2024								
Receitas financeiras										
Rendimentos com aplicações financeiras	1.644	1.082								

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Águas das Agulhas Negras S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas das Agulhas Negras S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F
Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

